

ATA DA 073ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Aborda o agravamento da crise da suinocultura.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Analisa as consequências do aumento da venda de veículos automotores no país; parabeniza alunos da Escolha do Teatro Bolshoi.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Destaca emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Analisa o quadro de composições partidárias com vistas às eleições de outubro.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Comemora o bom ambiente para as eleições municipais de 2012; aborda o

auxílio do governo federal aos agricultores familiares atingidos pela seca em SC e o anúncio do Plano Safra 2012/2013.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Comenta os boatos que indicam a saída do coronel Masnik do comando do Corpo de Bombeiros; externa sua insatisfação com os rumos das coligações partidárias para as eleições de outubro de 2012.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Faz mais um apelo em prol dos suinocultores catarinenses.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Comenta o nível de cobertura de saneamento básico das cidades catarinenses; pede a repactuação do pagamento da dívida dos estados e municípios com a união.

**DEPUTADO NILSO BERLANDA** - Apresenta dados sobre a saúde pública em Santa Catarina; regozija-se com a inauguração da Berneck Paineis e Serrados, em Curitibanos; pede a retirada permanente do IPI sobre a linha branca e móveis.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Cumprimenta a Fecam pelos trabalhos desenvolvidos em prol dos municípios de SC; pede uma posição firme do governo para manter em funcionamento o serviço de oncologia pediátrica desenvolvido em Criciúma.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Registra a presença de várias personalidades do estado.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** - Questiona o futuro da suinocultura em Santa Catarina; sugere que as escolas públicas sirvam de exemplo no armazenamento da água através de cisternas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Venho a esta tribuna para relatar a grave situação que vivem os produtores e criadores de suínos em Santa Catarina, cuja crise tem refletido na própria economia catarinense e tem levado os municípios a decretar, inclusive, estado de emergência.

Ontem Concórdia, maior município do alto Uruguai catarinense, decretou situação de emergência em face da grave crise financeira que vive a suinocultura. Outros municípios tomaram medidas semelhantes, a exemplo de Braço do Norte, Xavantina e Lindóia do Sul. Outros ainda estão oficializando o estado de emergência. São eles: Seara, Alto Bela Vista, Ipumirim, Irani e Peritiba.

Essa situação, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, já vem de algum tempo, pois historicamente há crises cíclicas na suinocultura. Agora, no entanto, a crise tornou-se permanente e talvez seja a maior que o setor suinícola já viveu. Dados divulgados num evento realizado pela Faesc refletem um pouco a situação atual da suinocultura.

Em 1970 havia em Santa Catarina 60 mil suinocultores. Hoje esse número baixou para 11 mil, sendo que sete mil são integrados à agroindústria e quatro mil produtores são independentes. De maneira geral os independentes são os que sentem a maior dificuldade em função de que às vezes nem conseguem vender a produção.

Essa força de trabalho gera 800 mil toneladas de carne por ano, sendo que 150 mil são exportadas, 200 mil são consumidas no território

catarinense e outras 450 mil são envidas para outros estados do Brasil.

Temos abordado esse assunto por diversas vezes desta tribuna. Há dias fizemos uma solicitação à Presidência da República e ao ministério da Agricultura, no sentido de que seja antecipada, por meio de leilão público, o prêmio para escoamento da produção, a fim de atender à demanda do milho, uma preocupação muito grande. E agora estamos trazendo essa preocupação porque além de haver excessiva oferta de carne no mercado, houve uma elevação muito grande dos custos de produção, especialmente a soja e o milho. Para se ter uma ideia, para cada quilo de suíno vivo o produtor investe cerca de R\$ 2,50 e recebe somente R\$ 1,30, deputado Nilso Berlanda.

Essa situação tem tido grande repercussão, e um dos jornais de grande circulação do estado de Santa Catarina traz hoje duas matérias abordando de forma ampla a crise que assombra o oeste, porque é inegável que a maior produção está concentrada naquela região do estado. A matéria coloca que produtores estão abandonando a atividade e que diversas cidades decretaram estado de emergência. Há até depoimentos de suinocultores que mostram a grave situação que vivem neste momento.

Então, sr. presidente e srs. deputados, apelamos aos governos do estado e federal que tomem medidas no sentido de auxiliar esses produtores, seja adquirindo carne para distribuição através de programas sociais ou mesmo para estoque, seja através de medidas que permitam o barateamento do custo da produção, especialmente na questão dos insumos.

Então, estamos trazendo essa preocupação para que todos juntos busquem alternativas para atender a esse setor tão importante, pois, afinal de contas, estamos falando da produção de alimentos para o Brasil, estamos falando de uma força de trabalho que gera 800 mil toneladas de carne por ano e que está pedindo socorro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sra. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, a minha fala começa com uma boa notícia que li no G1 - Portal de Notícias da Globo, ou seja, que o mês de junho do ano 2012 foi o melhor da história para a venda de veículos. A Fenabrave está comemorando, porque só nesse mês foram vendidos 340 mil automóveis em nosso país, sendo que em 2012 o acumulado já chega a mais de 1,7 milhão de automóveis emplacados no Brasil. Isso tudo é resultado do incentivo do governo federal com a redução do IPI e também com o aumento do poder aquisitivo da população brasileira.

Mas isso, como tudo, tem dois lados. O incentivo para a compra de veículos automotores leva ao entupimento das cidades, causando sérios problemas de mobilidade urbana, porque não há programas sérios para melhorar a infraestrutura urbana para todos os tipos de modal de transporte.

Ainda há outra questão que considero muito grave, que é o grande número de condutores despreparados para enfrentar o trânsito nas cidades, sejam elas pequenas ou grandes. As aulas que recebem nos Centros de Formação de Condutores não são suficientes para colocar condutores capazes nas estradas. Em não raros casos os condutores chegam a agredir-se fisicamente no meio da rua.

Digo isso porque uma notícia veiculada hoje no portal de *A Notícia* informa que os acidentes de trânsito matam mais do que os crimes em nossas cidades. Morreram em Joinville assassinadas 38 pessoas, ao passo que no trânsito morreram 73 pessoas.

O Código de Trânsito Brasileiro fala que os veículos maiores são responsáveis pela segurança dos menores. Mas não é o que se vê no dia a dia, já que pedestres e ciclistas se vêem em meio a uma

verdadeira roleta russa, tentando esquivar-se da morte todos os dias.

É preciso e necessário que todos os meios de transporte vivam em harmonia nas cidades. Respeito ao próximo é o que deve prevalecer nas relações de trânsito. Enquanto isso não acontecer, as pessoas continuarão morrendo e as famílias continuarão chorando.

O importante, o imprescindível e o ideal é que sejam zerados esses números. Isso ocorrerá com políticas sérias, não somente de incentivo à aquisição de veículos automotores, como também com campanhas de conscientização e humanização no trânsito.

Eu gostaria ainda, sra. presidente, de falar sobre um dos orgulhos da nossa cidade, que é a Escola do Teatro Bolshoi. Dois alunos daquela escola, Iuri de Castro e Danúbia Pereira, de 19 anos, foram selecionados para dançar no balé de Salzburgo, na Áustria. Além disso, outros dois bailarinos, Amanda Gomes e Marcos Vinícius, ganharam medalha de ouro em concurso em Istambul.

Assim sendo, quero deixar registrados o nosso orgulho e os nossos parabéns à Escola do Teatro Bolshoi, que está fazendo história no Brasil, mais especificamente em Joinville, que sedia a única filial fora da Rússia.

Gostaria também de parabenizar a nossa atleta Tamires de Liz, de 16 anos, que foi convocada para os Jogos Olímpicos de Londres, onde disputará o revezamento 4 X 100. Ela, que começou com projetos sociais na cidade de Joinville, hoje está desbravando o mundo e fazendo uma grande carreira como atleta.

Gostaria de aproveitar a presença de membros da Abvesc para parabenizar todos os bombeiros do nosso estado, tanto os voluntários quanto os militares, pelo seu dia, que foi comemorado ontem, esses anjos da guarda que protegem e dão segurança às nossas cidades.

Gostaria ainda de fazer o registro da Feijoada do Torcedor Solidário, que aconteceu em Joinville na semana passada. Trata-se de um grupo de torcedores do Joinville Esporte Clube que organiza

eventos com vistas a ajudar pessoas carentes. Ano passado arrecadaram durante todo o ano R\$ 12 mil, conseguindo comprar 450 cestas básicas para ajudar pessoas necessitadas.

Essa ação está servindo de referência, pois a torcida do Avaí já esteve em Joinville para recolher subsídios sobre essa experiência vitoriosa, que mostra que as torcidas têm um papel fundamental, pois além de torcer por seu time podem ajudar as pessoas carentes.

Era o que tínhamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de aproveitar este horário na tribuna para debater sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias do estado de Santa Catarina para o exercício de 2013 e apresentar alguns encaminhamentos que apresentamos à bancada do Partido dos Trabalhadores e que serão apresentadas ao projeto de lei.

Como viemos de uma região essencialmente agrícola, que vive estrategicamente da produção da pequena agricultura, conhecemos a necessidade de buscar através da LDO algumas iniciativas que no desdobramento do Orçamento estadual transformem-se em ações. Para tanto apresentamos três emendas à matéria, que serão defendidas pela bancada do PT.

A primeira delas diz respeito à agricultura familiar no estado de Santa Catarina. Sabemos que em torno de 85% das propriedades rurais são da agricultura familiar e são responsáveis por colocar na mesa dos cidadãos e cidadãs 80% da produção. E isso não é pouca coisa, é algo extraordinário, significativo, porque 80% daquilo que é consumido vêm da agricultura familiar!

Portanto, merecem respaldo e apoio as iniciativas e programas que possam fazer com que essas famílias, que muitas vezes experimentam situações drásticas, difíceis, sintam o amparo do

poder público para o desempenho de suas atividades.

A segunda emenda vai ao encontro daquilo que historicamente temos pleiteado e defendido nesta Casa, que é o pagamento por serviços ambientais. Temos sido protagonista em apresentar projetos no âmbito constitucional em defesa da mata ciliar e de espaços para a implantação de reservas ambientais, visando à proteção de rios, nascentes e fontes.

Criamos neste Parlamento um fórum permanente para discutir as questões das águas superficiais e profundas. E cito a discussão acerca do aquífero Guarani, sobre o qual tivemos inúmeros debates, como, por exemplo, nesta última semana, no município de Mafra, onde tivemos a oportunidade de debater com mais de mil estudantes da rede estadual e municipal, num evento organizado pela Universidade do Contestado. Foi um momento extraordinário, em que aprofundamos a temática, uma ocasião em que muitas pessoas do município e da região se fizeram presentes.

A terceira emenda que apresentamos está relacionada à produção orgânica, pois vivemos numa sociedade que cada vez mais exige o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos, porque isso vai ao encontro da defesa da saúde e da vida das pessoas.

Lembramos que hoje temos mais de três mil agricultores que já produzem de forma agroecológica no estado de Santa Catarina e mais de 18 mil que estão à espera do certificado.

Nesse sentido pedimos o apoio de todos os parlamentares para que possamos aprovar essas emendas, pois certamente farão um bem extraordinário às famílias, às pessoas das diferentes camadas sociais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -  
Muito obrigada, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o último orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar a companheira deputada Ana Paula Lima e os deputados que estão nesta Casa.

Deputada Ana Paula Lima e deputado Padre Pedro Baldissera, já que a mesa está composta predominantemente por deputados petistas, quero cumprimentar o camarada Nilso Berlanda, porque as alianças que surgiram neste estado, nessa salada mista, deputado Neodi Saretta, entre PT, PSD, PMDB, PP, PSDB e Democratas mostram nitidamente o mundo plural da política brasileira.

Entendemos que de forma urgente este país tem que fazer a reforma política. Quando olhamos o conjunto de partidos, as diversas coligações - o PT já foi um partido pequeno e hoje é o maior partido do Brasil, não em número de filiados, mas em representação política no Congresso -, entendemos que temos que respeitar os partidos pequenos, mas eles têm que ter um norte. Há um conjunto de siglas de aluguel neste estado e neste país, há um conjunto de acordos fisiológicos nas composições da vida pública, e eu não sei até quando isso vai.

O PT, que já foi um partido com posições mais definidas em relação às coligações, hoje vive um momento de pragmatismo eleitoral em decorrência da lógica política deste país. Precisamos voltar um pouco ao passado para que a credibilidade pública do homem público possa ser mais condizente com os anseios da população.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos convictos de que nessas eleições no estado de Santa Catarina e no Brasil iremos crescer, e bastante, mas com coligações inimagináveis, sendo cabeça de chapa ou tendo candidato a vice-prefeito nas coligações.

Se formos fazer uma avaliação do cenário do alto vale do Itajaí, veremos que em Rio do Campo temos o candidato a prefeito, sendo que o candidato a vice é do PSDB; em Atalanta temos o candidato a prefeito, sendo o vice do PP, apoiados

pelo prefeito do PSDB, que não lançou candidato. Já em Ituporanga o PT apoia o candidato do PSDB, numa decisão política local, deputado Padre Pedro Baldissera; em Taió a coligação é com o PP, que deu o candidato a prefeito, e com o PSD, que ofereceu o vice, tendo o PT apoiado a proporcional. Em Rio do Oeste tínhamos candidato a prefeito, mas no último dia inverteu-se a chapa, ficando o PSD com o candidato a prefeito e o PT com o vice.

Como médico eu diria, deputado Padre Pedro Baldissera, que este país vive um abdômen agudo da vida pública e precisa de uma cirurgia urgente. O importante é que o cirurgião lá no Congresso Nacional ainda não prescreveu antibióticos nem sequer para tentar conter a infecção, apesar de o paciente estar na UTI, tendo em vista a morosidade dos acordos fisiológicos.

Portanto, nessas eleições temos clareza de que o nosso partido vai crescer, porém com certa desfiguração, considerando os pilares que definiam as nossas coligações anteriores. Mas neste momento de pragmatismo, o partido abriu a sua posição, permitindo essas coligações esdrúxulas.

No entanto, nas pesquisas que realizamos no alto vale, o índice de aprovação da nossa presidente Dilma Rousseff supera todas as expectativas. Na cidade de Laurentino, deputado Padre Pedro Baldissera, segundo pesquisa que recebi hoje, a aprovação do governo federal é de 81,5% e em Taió é de 79%, o que mostra claramente os caminhos que temos que seguir.

Nesse momento, caberá às executivas estaduais tomar posição. Como no PT se discute muito, para tudo se faz uma plenária, para tudo se faz comissão para discutir, essas definições serão mais demoradas e às vezes gerarão um desgaste entre os companheiros de municípios que estão no aguardo de posições.

No mais, deputado Dirceu Dresch, líder da nossa bancada, vejo que em Santa Catarina o Partido dos Trabalhadores terá um crescimento significativo com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. É um dado que me surpreendeu bastante

é que nós deveremos, deputado Padre Pedro Baldissera, fazer mais coligações com o PSD do que com o próprio PMDB.

Então, no cenário que está colocado, deputada Dirce Heiderscheidt, quero fazer o convite oficial para que v.exa. e o prefeito Ronério venham incorporar-se às fileiras do Partido dos Trabalhadores. Eu achava que o que acontecia no PT não havia no PMDB. Mas como houve em Palhoça, queremos oficializar o convite a v.exas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores quero, deputado Jailson Lima, seguir parte do seu raciocínio, pois entendo que a questão que v.exa. levantou precisa ser discutida, precisa ser muito conversada.

Claro que o PT tem um trabalho extraordinário no estado e precisa crescer com suas belas experiências por este país afora, tanto em governos municipais, quanto estaduais e federal, pois com os governos do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma vem mudando a lógica e a forma fazer política, vem inovando na aplicação dos recursos públicos, principalmente na área social e na questão do emprego e renda da população brasileira.

Sábado foi o último dia das convenções partidárias. Há duas semanas eu já falava desta tribuna sobre este grande momento que o Brasil vive, no qual as pessoas se envolvem com muita força, já que as eleições municipais empolgam, muitas vezes, mais do que as eleições para presidente da República ou para governador, porque os candidatos são pessoas próximas à população.

Então, foi maravilhoso, extraordinário! Claro que tivemos mudanças de última hora, inúmeras até. O que o deputado Jailson Lima declinou aqui de que precisamos de uma profunda reforma política para fortalecer os partidos políticos, para organizar melhor a estrutura política partidária neste país, eu sempre defendi. Mas mesmo assim houve bons momentos, coisas boas ocorreram, pois os próprios candidatos estão-se preparando melhor porque a população está mais exigente, está cobrando mais.

Quero reafirmar aqui o que já disse há algumas semanas: estamos muito otimistas e muito satisfeitos com o processo construído para essa eleição municipal, que é um momento de democracia plena. Estamos muito satisfeitos principalmente com a oportunidade que se coloca para o nosso partido ter um extraordinário crescimento neste ano, seja no número de prefeitos e prefeitas - são cerca de 130 candidatos -, seja no número de vereadoras e vereadores.

Entendemos que o impacto deste momento é extremamente positivo, pois o nosso governo federal, que construiu uma aliança ampla para governar o Brasil, influenciará positivamente não apenas o crescimento do PT, mas o dos demais partidos que fazem parte da base de sustentação, porque têm debatido e têm acompanhado a implantação de políticas públicas importantes para os municípios deste país.

Então, sra. presidente e srs. deputados, quero de fato comemorar esse grande momento que a população brasileira vive, que os partidos políticos vivem, que é também um momento especial para o Partido dos Trabalhadores, que eu represento neste momento.

Quero, para terminar o meu pronunciamento de hoje, trazer mais um tema, srs. deputados e todos que nos acompanham, pois no dia de amanhã a presidente Dilma Rousseff lançará mais um Plano Safra, já que sempre entre os meses de junho e julho isso acontece.

Há importantes avanços e quero destacar alguns deles. O primeiro é a questão da garantia de preço para a agricultura familiar - o PGPAF. Trata-se de

uma política importante, pois garante renda e preço mínimo para os agricultores. São recursos significativos - houve uma apreciável ampliação de volume - para o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, que apesar de não fazer parte do Plano Safra será anunciado junto. O governo está destinando R\$ 1,3 bilhão para o PAA, que em Santa Catarina tem funcionado muito bem.

Também o Programa Nacional de Alimentação Escolar vai ter um incremento importante de R\$ 1,1 bilhão. Trata-se de um recurso complementar, além do que o próprio MEC já dispõe para a compra de alimentação escolar.

Mas quero destacar ainda a ATER, Assistência Técnica de Extensão Rural, que é um programa extraordinário que garante acompanhamento técnico para a agricultura familiar. Serão disponibilizados R\$ 540 milhões, no ano passado foram R\$ 360 milhões.

Outro programa no qual teremos avanços este ano é o Pronaf, para o qual no ano passado foram destinados R\$ 16 bilhões e este ano serão disponibilizados mais R\$ 2 bilhões, num total de R\$ 18 bilhões, tanto para custeio quanto para investimento e estima-se que esses recursos serão suficientes para a agricultura familiar no Brasil.

Por último, outro tema que já levantamos nesta Casa e discutimos com o ministro Pepe Vargas na última audiência é a reavaliação do crédito fundiário, tanto na redução dos juros e ampliação do prazo de pagamento, quanto no volume de recursos que cada agricultor pode acessar para comprar seu pedaço de terra.

O crédito fundiário ainda está em debate, mas em duas semanas deverá ser construída uma proposta. No entanto, já sabemos que cada família de agricultor atingido pela estiagem terá direito a R\$ 10 mil, com um bônus de adimplência de 20%.

Portanto, se o agricultor pagar em dia, deputado Sargento Amauri Soares, terá um rebate de R\$ 2 mil, 1% de juro ao ano, dez anos para pagar, com três anos de carência. Então, trata-se de fato de um recurso barato, subsidiado, para ajudar a

nossa agricultura familiar atingida por mais uma estiagem.

Então queremos parabenizar o governo federal pelo anúncio, mas também as organizações, principalmente a Fetraf/Sul, os movimentos sociais, a Via Campesina, que fizeram uma grande mobilização reivindicando essa ajuda à nossa agricultura familiar.

Muito obrigado, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta tarde de terça-feira, eu falava, na sessão pela manhã, sobre a reunião ocorrida em Belo Horizonte, na semana passada, que reuniu os parlamentares das comissões de Segurança ou correlatas das Assembleias Legislativas, buscando fazer o debate nacional e, na verdade, instituindo o Fórum Parlamentar da Segurança Pública.

Também na semana passada ouvimos rumores nos corredores sobre a possível saída do coronel Masnik do comando do Corpo de Bombeiros Militar. Queremos dizer que, de nossa parte, não há esse sentimento, como também em nenhuma instância da corporação e que, portanto, o coronel Masnik deve seguir firme no comando daquela instituição, não obstante sua posição talvez diferente da maioria dos governistas com relação à PEC n. 0001. Achamos que esse não é o argumento daqueles que eventualmente estão defendendo a saída do coronel Masnik, mas a sua posição em defesa da instituição e a sua posição contrária à mudança nas escalas de serviço para que o governo pague menos estímulo operacional para os bombeiros militares.

Evidentemente o governo, no afã de economizar, irá diminuir ainda mais o efetivo de bombeiros à

disposição da sociedade e por isso o coronel Masnik está defendendo a instituição, todos os seus integrantes e a segurança que a sociedade precisa ter quando defende a permanência das escalas, no Corpo de Bombeiros, como sempre existiram.

Quero referir-me também ao discurso do deputado Jailson Lima, que é sempre bastante provocativo e claro nas suas avaliações, embora ele mesmo reconheça que na sua região o Partido dos Trabalhadores também está fazendo um conjunto de alianças que vai de "a" a "z". Na cidade de Imbuia, lá na ponta do alto vale, onde o PDT terá candidatura própria, infelizmente o PT não estará conosco, mas com o Partido Progressista, do prefeito que está no poder pela quarta vez, filho do ex-prefeito que esteve por duas vezes no cargo.

Mas falávamos aqui, um pouco ironizando, um pouco falando às veras, deputado Padre Pedro Baldissera, do Partido Único Nacional, o partido do mercado que obedece aos mesmos ditames das classes economicamente dominantes que historicamente determinam as coisas neste país. Não estou aqui somente para ironizar e falar mal dos outros, porque este parlamentar anda em situações bastante constrangedoras, vamos dizer assim, para usar um termo possível nesta tribuna, nesse processo eleitoral.

Pressões e companheiros pedem alianças que vão de "a" a "z". E se o "z" oferece mais, o "z" é melhor do que o "a". Isso evidentemente nos deixa até estarrecidos, e a nossa quase permanente diplomacia cansa também, porque em algumas horas a vontade é imensa de dar um basta e dizer que assim não dá para fazer política. Gostamos de discutir política, mas não de fazer negócio, de discutir cargos futuros, atuais e outras vantagens. Porque isso tudo fortalece, inclusive, uma vontade profunda de abrir mão para o futuro da disputa deste espaço parlamentar, de dedicar o tempo possível na perspectiva de reorganização da esquerda. É uma necessidade da classe trabalhadora brasileira, é uma necessidade do povo brasileiro

que se dedique esforço no sentido de reorganizar a esquerda para o futuro, e quiçá seja próximo.

Então, da nossa reflexão, da necessidade de reorganização da esquerda em nosso país, ou seja, uma necessidade que a classe trabalhadora e o povo brasileiro precisam, essa confusão, lamentavelmente, gera uma dispersão e uma sensação de que tudo é a mesma coisa, de que tudo é igual e, portanto, o eleitor poderá votar em qualquer um já que tudo é a mesma coisa, o que banaliza de vez a política, tira um pouco de seriedade que a política possuía até agora.

Então, temos certeza de que precisaremos talvez abdicar do espaço legislativo nos próximos anos para, repito, dedicar-nos ao esforço, à militância no sentido de contribuir para a reorganização da esquerda em nosso estado e em nosso país.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Plínio de Castro, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sra. presidenta, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão da Assembleia Legislativa.

Quero dizer que retorno na tarde de hoje à tribuna da Assembleia para novamente chamar a atenção dos colegas parlamentares e da sociedade catarinense para a situação dramática que vive a suinocultura do nosso estado.

O *Diário Catarinense* de hoje anuncia que mais de dez municípios da região oeste já decretaram situação de emergência em função da crise sem precedentes que se arrasta e que atinge consideravelmente a suinocultura e suinocultor catarinense, especialmente no grande oeste de Santa Catarina.

Além do oeste, no sul temos a pequena cidade de Braço do Norte, que é grande produtora de

suínos, onde os reflexos das dificuldades que enfrentam os suinocultores não ficam restritos às propriedades rurais ou às famílias dos produtores, estendem-se à economia do município, começam a produzir efeitos negativos na movimentação econômica, no comércio local e criam até situações dramáticas.

Nós, desta tribuna, solicitamos ações urgentes tanto ao governo do estado como ao governo federal, a fim de amenizar, diminuir o impacto da dificuldade econômica do suinocultor catarinense. E destaque entre ela a solicitação de isenção do ICMS relativa aos leitões de até 30kg, o que foi um paliativo. Ainda solicitamos ao ministério das Relações Exteriores que retomasse as negociações com a Argentina, visando melhorar as condições para exportação de carnes e derivados de suínos para aquele país, até então suspensa.

Solicitamos ao governo estadual, através da Conab, que disponibilizasse milho para o produtor catarinense, sabendo que a Conab tem adotado o sistema de pagamento antecipado, ou seja, o suinocultor vende o almoço para comprar a janta. Essa é a pura realidade.

Da mesma forma, solicitamos que o governo federal retomasse o programa de escoamento da produção, ou seja, que beneficiasse o suinocultor catarinense. Todos nós sabemos que o nosso estado importa milho, pois não é autossuficiente na produção. Assim, esse produto chegando aqui com a bonificação do governo federal muito contribuiria para que atravessássemos esse período dramático em que vive a suinocultura catarinense.

Quero dizer a todos que as manifestações recebidas foram encaminhadas aos devidos ministérios, ao Fórum Parlamentar Catarinense e à representação deste estado em Brasília. Infelizmente até agora não recebemos retorno da esfera federal, mas através dessas reivindicações estamos apenas requeitando aquilo que foi tratado numa audiência realizada nesta Assembleia no dia 21 de junho de 2011. Inclusive, um documento foi encaminhado, com cópia de vídeo, apresentando

todas as manifestações das autoridades presentes naquela oportunidade.

Vejam que passou um ano, mas a suinocultura catarinense continua na mesma dramática situação, levando famílias inteiras ao desespero, pessoas que construíram sua história numa pequena propriedade rural e endividaram-se ao longo do período porque a atividade não vem remunerando adequadamente.

Enquanto isso, o governo, seja estadual ou federal, praticamente está virando as costas ao problema e fazendo de conta que não tem nada a ver com isso. Eu quero aqui dizer a todos que me sinto extremamente frustrado com essa situação, até como suinocultor que sou. No entanto, ainda deposito uma esperança na comissão da Agricultura da Assembleia, que às 17h terá uma reunião com representantes da Faesc, da Fetaesc e da Fetraf/Sul, a fim de que possamos dar o segundo passo, fruto da audiência pública que aconteceu no dia 16 de junho próximo passado, em São José do Cedro. Naquela oportunidade levantamos a angústia da pequena propriedade rural de Santa Catarina com relação à liquidação dos seus débitos, que em princípio devem vencer no dia 31 de julho deste ano.

Por isso, sra. presidente e nobres parlamentares presentes, reitero a confiança de podermos, em conjunto com a comissão e com as representações da agricultura catarinense, elaborar um documento único e levar uma grande representação à esfera federal, porque sinceramente não vejo outra solução a não ser o governo federal estender a mão para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Srs. deputados, nobres catarinenses que nos acompanham

pelos nossos meios de comunicação, quero cumprimentar de forma muito carinhosa todos os vereadores, candidatos a vereador, prefeitos e lideranças políticas que estão nas galerias desta Casa acompanhando o nosso trabalho. E saúdo de forma especial o vereador Ozenaldo Neves, o Nardo, de Bocaina do Sul, e o vereador Clovis Matias de Souza, de São Francisco do Sul, que nos visitaram no gabinete.

Cumprimento também o prefeito de Siderópolis, Douglas Warmling, o popular Guinga, presidente da Federação Catarinense dos Municípios, que no dia de hoje, em reunião com a executiva da federação, discutiu pelo menos três grandes desafios. Estavam também presentes os técnicos da Fundação Nacional da Saúde estimulando as 21 associações de municípios - somos em 293 no estado e ano que vem seremos 295 municípios - a dar apoio técnico e logístico a cada município para a apresentação de projetos em várias áreas.

Para o final deste ano o presidente da Fecam quer estimular os prefeitos catarinenses a apresentarem para o Orçamento vigente e também para serem incorporados ao Orçamento do ano que vem projetos específicos na área de saneamento.

Quero destacar que Santa Catarina, apesar de ser um estado que goza de grande equilíbrio socioeconômico, tanto que o intitulam de Suíça Brasileira pela característica econômica e pela distribuição do bolo tributário, é o segundo pior estado em tratamento de esgoto, perdendo apenas para o Piauí. E por que isso? Por falta de projetos!

Então, hoje pela manhã o presidente de Fecam trouxe técnicos da FNS para estimularem os prefeitos a apresentar projetos. Havendo projetos, seguramente o governo do estado e o governo federal buscarão formas para dar esse passo importante em termos de saneamento.

Na década de 1960 o destaque era a implantação do tratamento de água potável, tanto que atualmente praticamente todos os municípios têm água tratada, seja através de serviço municipal, terceirizado ou pela Casan. O próximo passo que

Santa Catarina precisa dar é justamente na área do tratamento do esgoto.

Na semana passada acompanhei a inauguração de uma estação de tratamento em Rio Negrinho, que em seis ou sete meses terá condições de tratar 60% de todo o esgoto doméstico do município e que em mais dois ou três anos, com a conclusão da rede captação de esgoto, permitirá que 90% do esgoto da cidade seja tratado, tornando-a uma das cidades que estará acima da média mundial em termos de tratamento de esgoto.

Mas para isso os prefeitos precisam apresentar projetos, mesmo os que estão concluindo o segundo mandato, porque o projeto estando na Funasa, o próximo mandatário poderá alocar recursos junto ao governo federal e estadual, a fim de que se tenha estações de tratamento.

A citada estação de Rio Negrinho foi um projeto apresentado pelo prefeito anterior, mas que a maior parte da obra foi executada pelo atual prefeito e inaugurada na semana passada, no dia 22 de junho.

O segundo grande desafio que temos é a discussão da repactuação da dívida. O governo federal, que arrecada um enorme volume de recursos por conta do Imposto de Renda, do IPI e de outras taxas, ainda tem como grande fonte de recursos justamente a cobrança de juros dos estados e municípios.

No dia de amanhã, o presidente da Unale, nosso deputado Joares Ponticelli - e participarei com ele -, terá uma reunião com o secretário da Presidência, com os senadores e os deputados federais no Tribunal de Contas da União, a fim de levar propostas, discutir formas para diminuir o volume de juros e o percentual de recursos do Orçamento, seja dos estados, seja dos municípios, que é repassado à união.

Santa Catarina atualmente repassa 13% do seu Orçamento para pagamento da dívida com o governo federal e o BNDES. Nós queremos que o percentual máximo não ultrapasse os 8%, 9% e que o valor dos juros seja menor. Quando foi negociado eram valores razoáveis, eram percentuais que o estado

podia absorver, mas agora precisamos urgente modificar isso, porque é uma forma de espoliação dos estados e municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Nilson Berlanda, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Sra. presidente, srs. deputados, também quero falar um pouquinho do nosso partido, o Democratas, já que dizem que ele vai desaparecer em Santa Catarina. E como eu sou o único deputado democrata, quero dizer que lá em Curitiba houve até choro: nós coligamos nove partidos contra três e o PT decidiu ser vice na chapa do PSDB.

O deputado Aldo Schneider foi compreensivo, deu um passo para trás para dar dois passos para frente no futuro. E lá fizemos, sim, uma composição para ganhar a eleição, a exemplo do que fez o deputado Elizeu Mattos, que aglutinou dez partidos contra quatro do outro candidato.

Fiquei sabendo agora, srs. deputados, que o cartório eleitoral entrará em greve no dia 4 e estou preocupado com isso neste momento eleitoral.

Mas o Democratas em Santa Catarina também vai ter candidatos a vereador por todo o estado, pois estamos já com 170 executivas provisórias formadas. Também teremos candidatos a prefeito e vice-prefeito e certamente nas eleições de 2014 elegeremos novamente deputados federais e estaduais.

O Democratas é o terceiro maior partido de Santa Catarina em número de filiados, já que tem em torno de 127 mil, e estará ainda mais forte após o pleito de outubro próximo.

Mas o que me traz à tribuna é fazer o registro de um ato que ocorreu no último sábado, em Curitiba, quando o governador Raimundo Colombo, juntamente com o presidente desta Casa, deputado

Gelson Merisio, inaugurou uma grande indústria naquela cidade, a Berneck Paineis e Serrados.

E quero lembrar aqui, deputado Elizeu Mattos, que na sua época como secretário de Desenvolvimento Regional de Lages eu o era em Curitibanos e juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira demos os primeiros passos, realizamos os primeiros contatos para que levar essa grande indústria para a cidade de Curitibanos, que é a maior e a mais moderna do país e que vai produzir MDP e MDF, matéria-prima para a elaboração de móveis, para todo o Brasil.

Temos certeza, srs. deputados, que essa indústria proporcionará grande crescimento para a região, que é muito pobre. Para v.exas. terem uma ideia, o reflorestamento com pínus atinge um raio de 150km em torno de Curitibanos, ou seja, de Rio do Sul a Joaçaba e de Mafra a São Joaquim é onde há o maior reflorestamento de pínus, pois se trata de uma região úmida e fria, muito propícia ao desenvolvimento rápido dessa espécie.

Acreditamos que essa empresa movimentará mais de 400 caminhões/dia, com a entrada e a saída de produtos. Ela deve iniciar faturando em torno de R\$ 800 milhões neste ano e no ano que vem, ativando certamente mais uma parte, chegará a R\$ 2 milhões de faturamento.

Portanto, a serra catarinense, deputado Elizeu Mattos, vai mudar. Infelizmente não tínhamos até agora uma indústria desse porte, mas agora teremos a imediata geração de 500 empregos e posteriormente em torno de 1.200 empregos diretos e indiretos serão criados.

Por isso, quero parabenizar Gilson Werneck, que é o diretor-presidente dessa grande empresa que se instalou na região de Curitibanos.

Mas quero ainda, caros pares, manifestar minha grande preocupação com relação à saúde no estado de Santa Catarina. E apesar de ter assumido uma cadeira neste Parlamento há apenas uma semana, consegui alguns dados que gostaria de dar conhecimento aos srs. deputados.

(Passa a ler.)

“Os hospitais em geral do nosso estado não têm condições de atender à demanda do crescimento da nossa população, porque muitos médicos estão-se aposentando e não os estão repondo para atender aos pacientes.

Está sendo feita uma reunião hoje e talvez o Hospital Universitário entre em greve, juntamente com os demais professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Hospital de Florianópolis está em reforma há dois anos. A previsão da entrega era para agosto de 2012, mas hoje a previsão já é para dezembro de 2012.

O Hospital Infantil Joana de Gusmão é o único na região capaz de atender às crianças, mas não possui leitos suficientes para atender à grande demanda.

O Hospital Regional de São José está com o aparelho de cateterismo estragado há 15 dias e com o intensificador de imagem estragado há 45 dias.

Na semana passada, uma família me ligou preocupada com esse equipamento. Consultamos a direção do hospital, que confirmou que realmente há muito tempo esse equipamento está estragado.

Esse mesmo hospital não consegue atender à demanda que o Samu encaminha e ficou 15 dias com a autoclave estragada, um aparelho que serve para a indispensável esterilização de roupas.

A endoscopia do Hospital Governador Celso Ramos está estragada há quatro meses.”

Esses são alguns dados que fomos buscar, srs. deputados. Sei que há deputados na Casa que defendem a saúde em nosso estado, mas essa é uma preocupação minha, que venho do varejo, da indústria, e percebo, deputada Ana Paula Lima, que do oeste até a capital virou uma avenida de ambulâncias e que todo tratamento que deveria ser feito na região tem que ser feito em Florianópolis, mas quando os pacientes chegam com seus familiares ficam apavorados porque não conseguem leito hospitalar nem tratamento médico.

Então, deixo essa minha preocupação ao secretário da Saúde e ao governador, porque Raimundo Colombo dizia na campanha que a

prioridade número um do seu governo seriam as pessoas e que a saúde seria um dos pontos fortes da sua administração.

Eu faço um apelo para que o nosso governador olhe para o povo catarinense, pois infelizmente estamos com um grande problema, que existe também em outros estados, mas que em Santa Catarina preocupa-nos muito.

Para concluir, gostaria ainda de fazer uma mesma colocação que já foi feita pelo deputado que me precedeu na tribuna acerca da prorrogação da diminuição, por mais 90 dias, do IPI para a linha branca e para os móveis.

Eu gostaria realmente de parabenizar a presidenta da República e o ministro da Fazenda e dizer a todos vocês que o IPI de uma lavadora de roupa deveria cair 20% definitivamente e não somente temporariamente. Por que hoje toda dona-de-casa precisa de uma lavadora de roupa. Um refrigerador também não é um produto de luxo, pois toda e qualquer família precisa dele. Da mesma forma, a linha de móveis.

Portanto, sou defensor do varejo, de que o IPI seja retirado em definitivo e que em outros produtos de consumo e de primeira necessidade de uma residência, por exemplo, o IPI seja reduzido definitivamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, sr. deputado.

Como os demais partidos inscritos não irão manifestar-se, esta Presidência, srs. deputados, suspende a presente sessão até as 16h, reiniciando na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0006/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que denomina Governador Pedro Ivo Campos o trecho da SC-415 compreendido

entre os municípios de Garuva, a partir da SC-412, até o centro urbano de Itapoá.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, as mensagens de veto continuam fora de pauta, aguardando acordo para sua deliberação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 15.339, de 2010, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Luis Alves, do município de Luis Alves.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0223/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça que altera a Lei n. 14.810, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação Edson Filho (Centro de Educação Especial - Vida e Arte), com sede no município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0113/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre o cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0314/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0315/2012, 0316/2012 e 0317/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0318/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0630/2012 e 0631/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0632/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0633/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0636/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao Consulado-Geral do Brasil em Roma e ao ministro da Justiça, pedindo especial atenção no caso da brasileira Janete Zamboni que se encontra na Itália.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0044/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada à Casa Civil da Presidência da República e demais autoridades, apelando pela aprovação do relatório e liberação do aeroporto Serafim Enoss Bertaso, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2012, que modifica os arts. 57, 59, 104 e 124 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Defensoria Pública).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0015/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que altera a redação do art. 2º da Lei Complementar nº 568, de 9 de abril de 2012.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, v.exa. poderia explicar o mérito do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Trata-se da mudança da data de vigência de uma lei do Tribunal de Justiça, ampliando-a por mais um ano. Já foi aprovado em primeiro turno.

Essa lei altera a redação do art. 2º da Lei Complementar n. 568, de 9 de abril de 2012, que originalmente dizia o seguinte:

"Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012."[sic]

O presente PLC reza que os efeitos serão produzidos a partir de 2013 em vez de 2012.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, ocorre que esta taxa foi criada no ano passado e não pode ser cobrada no mesmo exercício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação, srs. deputados.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO DA SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim  
DEPUTADO VALMIR COMIN sim  
DEPUTADO VALTER GALLINA  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 23 srs. deputados com o voto do deputado Nilso Berlanda fora do sistema eletrônico.

Temos 23 votos "sim".

Está aprovado.

Esta Presidência informa que será deliberada amanhã - e por isso há necessidade da presença de todos os srs. deputados - a PEC dos bombeiros. Está acordado com o deputado Romildo Titon que a comissão votará amanhã a emenda do deputado Elizeu Mattos, que consensua a aprovação em plenário. Há concordância da Associação dos Bombeiros Militares e de todos os bombeiros voluntários que têm entidade constituída.

Por isso, precisamos de, no mínimo, 25 votos amanhã para que possamos deliberar. A votação será amanhã à tarde, às 16h.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, srs. deputados e sras. deputadas, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero, com muita satisfação, dizer que a Federação Catarinense dos Municípios - Fecam - completa, hoje, 32 anos de atuação em defesa dos municípios.

(Passa a ler.)

"A federação estimulou os prefeitos a participarem de mobilizações em Brasília em prol dos interesses dos municípios. Foi assim contra o 'emendão' do Collor, a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal no governo de Fernando Henrique Cardoso e a favor da municipalização dos serviços, do aumento do orçamento do transporte escolar, da divisão equilibrada do bolo tributário

e, mais recentemente, da Emenda Constitucional n. 29 e dos *royalties* do petróleo do pré-sal.

A missão da Fecam é fomentar o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses, defendendo os interesses e contribuindo para a excelência da gestão pública municipal, em consonância com o modelo associativo.

A Fecam entrou recentemente na campanha para a criação da lei de iniciativa privada da saúde. E o primeiro item da pauta foi o lançamento de parcerias da Fecam com o Movimento Nacional em Defesa da Saúde na busca de assinaturas para a aprovação da lei de iniciativa popular que visa fixar o percentual de investimentos do governo federal na área. O valor, fixado inicialmente em 10%, foi retirado pela Presidência da República quando da aprovação da Emenda n. 29. O estado tem o percentual mínimo de investimento fixado em 12% e os municípios, em 15%.

A meta da federação é atingir 20 mil assinaturas até o final do ano. As duas primeiras foram do presidente da Fecam, Douglas Warmling, prefeito de Siderópolis, e do prefeito de Schroeder."

Por isso, parabenizamos a Fecam, que está completando 32 anos de existência.

Sr. presidente, há algum tempo venho assumindo desta tribuna posição em defesa de um projeto, deputado Dóia Guglielmi, v.exa. que é um conhecedor da área, de indexadores dos níveis de saúde.

Em Criciúma há uma organização não governamental, de caráter filantrópico, que conta com a participação de vários segmentos e representantes da sociedade, cujo propósito é promover um sistema de referência em pediatria e oncologia no sul Santa Catarina, mais especificamente no município de Criciúma. O trabalho vem sendo desenvolvido há aproximadamente dois anos e tem na linha de frente o pediatra, com especialização em oncologia, dr. Tiago Nava, que conta com a participação de muitas pessoas e entidades e, inclusive, com a da prefeitura de Criciúma.

Ocorre que estamos vivendo uma situação muito preocupante. Eu ontem manifestei essa preocupação ao secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e ao secretário adjunto Acélio Casagrande, ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, ao prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, e ao vice-prefeito Márcio Búrigo. E há pouco, às 14h, participamos de uma audiência com os deputados Dóia Guglielmi, José Milton Scheffer e com o representante do deputado Altair Guidi, para discorrer sobre o assunto.

O Hospital Joana de Gusmão é referência em pediatria e oncologia, mas conta com apenas 14 leitos para oncologia e há um flutuante represado de mais de 200 crianças. Quando o paciente consegue adentrar àquele hospital, o tratamento é de excelência. O problema é que não existem leitos e corpo técnico suficientes para atender à demanda reprimida que há no estado.

É muito triste, é lamentável ver uma ambulância, deputado Serafim Venzon, sair lá do extremo oeste ou do sul do estado de Santa Catarina às 3h, com uma criança correndo risco de vida nessas BRs, chegando a Florianópolis para ter cinco minutos de radioterapia e depois voltar a enfrentar um trânsito intenso, vomitando muitas vezes, totalmente debilitada, para, no dia seguinte, a partir da madrugada, fazer novamente o mesmo percurso.

Então, eu pergunto: que tipo de descentralização é essa há tanto tempo apregoada pelo governo?

Assim, vejo com muita alegria o que está ocorrendo em Criciúma, onde muitas crianças estão sendo atendidas, evitando a "ambulancioterapia". Ainda é um pouco precário, mas está sendo feito. No entanto, está prestes a ter que fechar as portas porque o pediatra e oncologista estão a ponto de abandonar o barco.

Levamos essa preocupação ao secretário da Saúde, que disse que amanhã estará em Criciúma com uma equipe técnica para procurar fazer a regularização e o credenciamento da oncologia via Sistema Único de Saúde.

Porém o questionamento que se faz é no sentido de que isso demanda tempo, pois há um processo burocrático a ser cumprido. Pergunto: e essa lacuna, esse espaço de tempo até que se regularizem as coisas, como vai ficar? O que o estado vai fazer?

Acho que esse modelo de gestão plena do SUS é um modelo de gestão totalmente equivocado, porque não deu certo em Joinville, não deu certo em Blumenau, não deu certo em Chapecó e não vai dar certo em ponto nenhum deste estado.

Por esta razão, sr. presidente, é que faço uso desta tribuna, por tratar-se de um assunto extremamente pertinente e importante.

Nós aprovamos nesta Casa o programa Revigorar, sobre o qual havia a expectativa de uma arrecadação mínima de R\$ 150 milhões, uma arrecadação média de R\$ 200 milhões e uma arrecadação máxima de R\$ 250 milhões para manutenção e custeio da saúde. Chegou próximo de R\$ 300 milhões. E eu pergunto: será que o estado não precisa tomar uma posição firme com relação a essa situação, sob pena de aumentarmos cada vez mais a tal "ambulancioterapia", que é o inverso da descentralização tão apregoada?

Se houvesse uma gestão eficiente, com a compactação, com a redução do número de SDRs, com a potencialização das remanescentes, talvez sobrasse um pouco mais de recursos para que efetivamente fizéssemos uma gestão eficaz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero, com muita honra, registrar a presença dos vereadores Roni da Silva, do PMDB, Sandro Xavier, do PSB, do empresário Cris e do agricultor Demétrio, que é presidente da associação dos agricultores da região, que vieram prestigiar esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Tem a palavra, por até dez minutos, o sr.  
deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente,  
cumprimento v.exa., os colegas deputados e  
deputadas, os amigos aqui presentes e todos os que  
estão-nos ouvindo e assistindo.

Vimos à tribuna hoje para falar sobre o grande  
oeste de Santa Catarina, pois nos dias que  
estivemos afastados das sessões percorremos muito  
a região e percebemos um desânimo muito grande em  
função de obras inacabadas, sejam do governo  
federal ou estadual, mas também em virtude da  
situação climática.

Na sessão plenária da manhã de hoje ouvi o  
deputado Serafim Venzon e outros comentarem muito  
sobre o problema da suinocultura. É verdade,  
deputado, a seca causou estragos na suinocultura,  
mas também na avicultura e na produção de leite e  
de grãos. E no nosso oeste, que é, sim, muito  
produtivo, quando a crise chega ao campo, à roça,  
à lavoura, a cidade também começa a entrar em  
crise, porque o comércio não fatura adequadamente.

Outra questão que está prejudicando  
sobremaneira a nossa região é o fechamento do  
aeroporto de Chapecó, que é fundamental para o  
desenvolvimento da economia daquela região.

Então, vejam só: a seca gerou a crise, que  
levou à diminuição da produção; o aeroporto está  
fechado; as obras de duplicação da BR-282,  
principalmente o trecho de Xanxerê, há mais de um  
ano estão paradas, deputado Romildo Titon.

Aí o deputado vem, ocupa a tribuna, fala,  
reivindica, conversa com as pessoas ligadas à  
esfera federal, mas as coisas não acontecem. A  
comunidade, então, que não suporta mais, vai às  
ruas, manifesta-se e para o trânsito.

Recebi, em meu escritório no oeste, a visita  
de professores da faculdade de Palmitos: Maria  
Luiza, Eleci, Manuel, Sidnei e Jaci, que foram  
falar sobre a SC-283, principalmente o trecho de  
Chapecó a São Carlos, que está crítico e que é

muito utilizado pela comunidade escolar. O contorno viário leste, que liga Chapecó a Cordilheira Alta e tira o trânsito pesado da cidade, também parado há muitos anos.

Esse nosso discurso está-se tornando repetitivo, mas as coisas não estão evoluindo. O êxodo rural está intenso e não se vê mais jovens que queiram permanecer no campo e produzir.

Nós, quando ocupamos esta tribuna ou em qualquer outro meio de comunicação, temos que ser a voz do povo e falar dessas coisas negativas. Qual é o futuro da suinocultura, que foi responsável por tantas e tantas obras neste estado? Se estamos mostrando para todo o estado, para o Brasil e para o mundo que temos prejuízo nessa área, quem vai querer, no futuro, investir nesse ramo?

Eu sou suinocultor também e meu pai já me dizia para abandonar a atividade, porque ele nunca havia ganhado dinheiro com esse negócio. Mas eu continuo insistindo, sou um pequeno suinocultor e de fato nunca obtive lucro. Então, que discurso poderei usar para motivar o jovem investidor do oeste de Santa Catarina?

As agroindústrias estão pensando em ir para o Mato Grosso porque lá há milho barato. Enquanto isso, nossos governantes estão falando em trazer o milho, via estrada de ferro, do centro-oeste para o nosso estado e baratear o custo da ração.

Pois bem! A velocidade da iniciativa privada, eu já disse e repito, é muito maior do que a velocidade do governo. Mas não gostaria de ser tão pessimista, porque não é esse o meu estilo de trabalho e não é isso que o povo de Santa Catarina merece. Apesar de todos esses problemas, temos que ser otimistas, temos que fazer a nossa parte para resolver as situações.

Eu entendi que chegamos ao fundo do poço, não há mais como descer, deputado Plínio de Castro! Chegamos ao fundo do poço, deputado Nilso Berlanda! Temos que começar a sair. Tomei a liberdade de buscar algumas informações de bons projetos e preocupado com o jovem no campo, fui visitar o Centro de Educação Profissional Getúlio

Vargas, que fica em São Miguel d'Oeste. Conversei com os professores Roque e Lotário, com diversos alunos e vi que, apesar de toda essa crise, 260 alunos estão estudando naquela escola porque querem permanecer no campo e produzir. Muitos daqueles que lá estudam serão agricultores, outros serão deputados e secretários de estado, quem sabe, outros ainda serão professores e levarão conhecimento ao meio rural para modificar esse cenário atual, seja produzindo com custo mais barato, seja criando novos produtos. Portanto, precisamos acelerar o conhecimento no meio rural!

É fato que em meio a essas discussões temos realizado audiências públicas para levantar meios de minorar os efeitos da crise provocada pela estiagem e que estão dando resultado. As obras previstas no Orçamento, incluída aí a SC-283 e tantas outras, têm que acontecer. O povo do oeste não pode mais esperar!

Falamos de prevenção à seca. A escola agrícola que visitei e que tem 260 alunos de 35 municípios não possui cisternas adequadas. Entendemos que a cisterna é a melhor solução para o armazenamento de água da chuva, porque a água está em cima e não somente embaixo. Achamos que o poço artesiano não é a melhor solução. Assim, aquela escola tem que receber investimentos para a construção de boas cisternas, até para servir de exemplo para as propriedades rurais.

Quero dizer ainda que o aeroporto de Chapecó está sendo vistoriado. Por isso, esperamos que o governo federal seja veloz na inspeção, a fim de que ele volte a funcionar nos próximos dias, facilitando os grandes negócios em Chapecó, pois uma viagem de carro até aquele município é difícil para os empresários de São Paulo que precisam lá estar.

Para encerrar, vamos falar de otimismo, pois é disso que precisamos, ou seja, colocar velocidade, acreditar e ser exemplo porque vamos sair do fundo do poço.

Um grande abraço e muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da  
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a  
presente sessão, convoca outra, ordinária, para  
amanhã, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.